

Pronunciamento da Deputada ANN
PONTES, PMDB-PA., no Grande Expediente
do dia 31/03/2006.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A exibição do documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, há poucos dias, no programa Fantástico, estarreceu o País.

Realizado pelo *rapper* MV Bill e pelo produtor musical Celso Athayde, o filme mostra com absoluta autenticidade a vida de crianças e adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, em várias cidades do Brasil.

Reunindo depoimentos dos falcões, como são chamados os jovens, no cotidiano das favelas e periferias, o documentário é um dos mais contundentes retratos jamais realizados sobre essa tragédia brasileira, que resulta da brutal associação do narcotráfico com um ambiente de profunda injustiça social.

Todos os que assistiram, viram-se tomados por um sentimento de perplexidade e horror.

De fato, Senhor Presidente, todos sabemos que o narcotráfico é uma rede poderosa, de grandes tentáculos, que movimentam milhões de dólares por ano só no Brasil. Sabemos que afronta a lei e a ordem pública, resistindo quase que invulnerável às investidas dos poderes constituídos, em todos os níveis da Federação. Sabemos, ainda, que essa máquina impiedosa destrói milhares de vidas, pelo vício ou corrupção. E alicia de forma implacável todos os grupos da sociedade, inclusive crianças e jovens pobres nos grandes centros urbanos do País.

Esta é a realidade mostrada pelo filme, em cenas chocantes. Convivendo com bandidos desde tenra idade, sendo gradativamente alienados de qualquer realidade que não seja a da criminalidade, muitas crianças são recrutadas sob ameaças de morte para trabalhar no tráfico, vendendo drogas e vigiando os locais de venda contra a entrada de policiais.

Oriundos de famílias pobres e desestruturadas, precocemente viciados, e sem nenhuma perspectiva de futuro, nem mesmo imediata, elas vivem à mercê de traficantes, em um dia-a-dia marcado pela violência mais brutal.

Treinadas para matar, são familiarizadas com todo tipo de arma de fogo. Antes de incorporarem quaisquer valores de convívio social, são experimentadas na dura lei do tráfico, onde impera a corrupção de policiais, a morte sumária dos delatores, a ameaça constante que vem de todos os lados.

O falcão não dorme, literalmente: é o alvo preferencial dos policiais, dos próprios traficantes, que não perdoam hesitações, nem admitem deserções dos traficantes de grupos ou facções rivais. Nas entrevistas, admitem que conhecem seu destino – a morte precoce –, mas estão convictos de que não têm alternativa. Basta dizer que, ao longo dos oito anos que durou a produção do filme, foram entrevistados dezessete jovens. Hoje, quando o filme finalmente foi divulgado, apenas um ainda está vivo.

A grandeza do trabalho de Celso e MV Bill, Senhor Presidente, porém, não está apenas na apresentação de uma realidade cruel, que chega a transformar tantas crianças em verdadeiros bandidos. O que o filme mostra, sobretudo, é a imensa carência de afeto, de segurança e de perspectiva, em um universo marcado pela desigualdade social, pelo materialismo arraigado, pela ausência de valores coletivos que sustentem, de alguma forma, os desfavorecidos.

Nesse sentido, há momentos particularmente tocantes. Um deles é a brincadeira da “boca de fumo”, em que crianças se divertem reproduzindo o dia-a-dia “do crime”, do mesmo modo que qualquer criança imita os pais ou os mais velhos em suas tarefas cotidianas. Há imitação de cigarros de maconha, feitos de eucalipto, armas de brinquedo, dinheirinho falso, distribuição de papéis e marcação de falas.

Há a menina que leva aos policiais o dinheiro do suborno; há a garantia de que os traficantes “estão ali para ajudar” a comunidade; há a captura de um X9, isto é, de um delator, seguida da simulação de espancamento e assassinato; há, por fim, a menina que finge ser da família e chora o menino morto.

Todo o ritual é cumprido fielmente, em uma mistura assustadora de brutalidade e inocência. Que horizonte podem ter essas crianças, quando já incorporaram que a vida humana não tem valor algum, e é um simples brinquedo na engrenagem do crime?

Outro momento de destaque é a entrevista com um rapaz de apelido “Forte”, que confessa sonhar com a vida no circo: seu maior desejo é ser um palhaço. Apesar do massacre emocional a que é submetido, esse menino é

ainda capaz de alimentar uma esperança profundamente lúdica, envolvendo um mundo de alegria e fantasia.

“Forte” é o único dos entrevistados que permanece vivo, depois de passar uma temporada trabalhando na Central Única das Favelas – organização de apoio e orientação aos moradores das favelas cariocas, fundada pelos autores do filme –, voltar para as ruas e ser preso pela polícia.

Em todos os depoimentos, que reúne crianças e jovens de várias idades, verificam-se convicções comuns: que a vida no crime não é boa, pois só garante a subsistência imediata e oferece muitos riscos; que não havia alternativa possível, diante da falta de oportunidades; que o dinheiro ganho no tráfico é necessário para sustentar a mãe e os irmãos, e muitas vezes a própria companheira e os filhos pequenos, já que é muito freqüente a paternidade e maternidade na adolescência; finalmente, que o tráfico garante a segurança e as necessidades básicas da comunidade, na ausência da ação governamental.

Jamais poderíamos reproduzir aqui, Senhor Presidente, a força das imagens ou o impacto dos depoimentos daquelas crianças, com seus olhares assustados e vozes infantis. Se desejamos aqui repercutir o assombro que tomou conta da sociedade brasileira, é

porque não podemos nos furtar a refletir sobre a gravidade do problema, em seu contexto maior.

Em primeiro lugar, temos todos de concordar que a concentração de renda e a desigualdade social no Brasil são diretamente responsáveis pela escalada da violência, sobretudo nos grandes centros, onde as diferenças são mais contrastantes.

Fortemente estratificada, com grande contingente de exclusão social e desemprego, a sociedade brasileira não prima pela distribuição democrática de oportunidades ou por mecanismos efetivos de ascensão social.

É nessa medida que assistimos ao paulatino crescimento do crime organizado, especialmente em torno do narcotráfico, nas grandes cidades do País. O ganho imediato, associado ao porte de arma de fogo, produz uma efêmera e enganosa sensação de poder, ainda mais acentuada pelo efeito das drogas.

O resultado é o recrutamento de um número cada vez maior de jovens, que de outro modo não têm como se sustentar ou colaborar no orçamento familiar.

O filme a que nos referimos vem agora mostrar que, inversa e desgraçadamente, a idade dos recrutados é cada vez menor.

Por outro lado, Senhor Presidente, o filme mostra claramente que os meninos do tráfico, ainda em flagrante minoria nas comunidades carentes, são acima de tudo meninos – frágeis, manipuláveis, obrigados a abdicar do direito fundamental a uma infância saudável e protegida, pela família e pela sociedade.

Sem querer proceder a uma vitimização simplista, não podemos deixar de reconhecer que falta a eles a efetiva oportunidade de recuperação, sobretudo no sentido da auto-estima, da dignidade e da inclusão em todos os processos constitutivos da cidadania.

É por isso que se mostra tão importante o trabalho de pessoas como MV Bill e Celso Athayde, oriundos da favela e profundos conhecedores da engrenagem perversa que leva ao crime.

Sensíveis à situação de risco em que se encontram essas crianças, capazes de desmontar os estereótipos que rondam a figura do menor marginal, eles trabalharam honesta e corajosamente durante oito anos, para divulgar uma realidade brutal, que ao mesmo tempo

choca e envergonha nosso País, mas oferecem uma via de esperança, na medida em que trazem à luz a voz, a dor e o resto de sonho que ainda embala essas crianças.

Este o valor insuperável do filme *Falcão – Meninos do Tráfico*: acreditar na possibilidade de superação, desde que toda a sociedade se proponha a um movimento concreto de indignação e responsabilidade – responsabilidade esta, Senhor Presidente, que a Câmara dos Deputados, como foro legítimo de representação popular, deve ser sempre a primeira a assumir.

É assim que insistimos na aprovação do chamado Plano Nacional da Juventude, que tramita nesta Casa e pode oferecer alternativas reais à situação em tela.

Concebido como instrumento de proteção específica a essa faixa etária, o Plano será a concretização de uma política pública para a juventude, e compreenderá questões essenciais como:

- a universalização da educação, nos diferentes níveis e modalidades;
- a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda; a ampliação das atividades educativas, preventivas e terapêuticas em saúde, sexualidade e dependência química;

- a democratização das atividades de cultura, lazer e desporto;
- a promoção da cidadania e das várias formas de organização juvenil;
- a capacitação e formação do jovem em ambiente rural e a eqüidade de oportunidades para jovens em condição de exclusão social.

O objetivo primordial é a incorporação integral de todos os jovens brasileiros ao desenvolvimento do País, aí compreendidas todas as formas de emancipação, participação e cidadania, além da ampla garantia de todos os direitos a eles conferidos pela Constituição.

Lembramos ainda, Senhor Presidente, e muito a propósito, o Projeto de Resolução n. 161/04, de nossa autoria, que visa à criação da Comissão dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude, para que se dê tratamento especial à matéria, tendo em vista não apenas suas particularidades, mas também sua urgência e crescente gravidade.

Por merecer uma comissão permanente no âmbito desta Casa, a temática da criança e do adolescente, nos termos do Estatuto que já está em vigor, será com certeza objeto de atenção e considerações mais detidas,

sobretudo no que se referir à situações de risco social como é o caso dos meninos do tráfico.

Aproveitamos a ocasião para, mais uma vez, reiterar junto aos nobres colegas a necessidade de aprovação do Projeto de Resolução n.º 161/2004, cuja repercussão, no âmbito da ordem jurídica e das instituições, em breve se fará sentir, muito positivamente.

Para finalizar, Senhor Presidente, esperamos que a atuação desta Casa se faça cada vez mais vigorosa e eficiente, no sentido de proporcionar outra qualidade de vida a milhares de jovens brasileiros.

Como MV Bill e Celso Athayde, temos de acreditar que é possível e lutar para que seja possível. Mas só será verdadeiramente possível se toda a sociedade brasileira se conscientizar de que se trata de uma responsabilidade coletiva, que passa pelos poderes públicos mas a eles não se restringe; de que, pelo contrário, o atendimento à realidade dessas crianças tem de ser uma exigência de todos nós, de cada um de nós, como prioridade para um país que quer se orgulhar de ser verdadeiramente uma nação.

Que esta Casa seja capaz de contribuir, pelo trabalho ativo e consciente dos representantes do povo,

com um caminho de esperança, que signifique a retomada da dignidade, da auto-estima e do respeito ao potencial humano de tantos milhares de jovens brasileiros.

Muito obrigada.

ANN PONTES
Deputada Federal
PMDB – PA.